1 **ATA 2593ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA** Aos trinta dias do mês de março do ano
2 de 2016, às nove horas e trinta e cinco minutos, teve início em sua Sede, na Praça da
3 República, nº 53, a segunda milésima quingentésima nonagésima terceira Sessão
4 Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Educação, sob a Presidência do
5 Conselheiro Francisco José Carbonari. Compareceram os Conselheiros Bernardete
6 Angelina Gatti, Débora Gonzalez Costa Blanco, Francisco Antonio Poli, Jacintho Del
7 Vecchio Júnior, Jair Ribeiro da Silva Neto, João Cardoso Palma Filho, Laura Laganá,
8 Márcio Cardim, Maria Cristina Barbosa Storópoli, Maria Elisa Ehrhardt Carbonari, Nilton
9 José Hirota da Silva, Roque Theóphilo Júnior, Rosângela Aparecida Ferini Vargas
10 Chede e Sylvia Figueiredo Gouvêa. **01.** A Ata de nº 2592 de 23/03/2016, colocada em
11 votação, foi aprovada por unanimidade. **02.** Justificaram a ausência os Conselheiros
12 Ana Amélia Inoue, Guiomar Namó de Mello, Ghisleine Trigo Silveira, Hubert Alquéres,
13 Luis Carlos de Menezes, Maria Helena Guimarães de Castro, Maria Lúcia Franco
14 Montoro Jens, Priscilla Maria Bonini Ribeiro e Rose Neubauer. **03. AVISOS E**
15 **COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA:** dois documentos encaminhados ao Senhor
16 Secretário de Estado da Educação com cópia ao Presidente do CEE: 1) a Câmara
17 Municipal da Estância Balneária de Praia Grande/SP encaminha através de ofício,
18 cópia do **Requerimento nº 58/16**, de autoria do Vereador Ednaldo dos Santos Passos,
19 aprovado na Sessão Ordinária da Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura,
20 realizada em 02/03/2016, para encaminhamento ao Exmo Sr. José Renato Nalini,
21 Secretário Estadual de Educação, com alguns questionamentos relativos às Escolas
22 Estaduais existentes na Baixada Santista. O Cons. João Cardoso Palma Filho
23 manifestou interesse pela matéria; 2) a Câmara Municipal de São Carlos, em Sessão
24 Ordinária realizada no dia 16 de março, aprovou Moção de Apelo, de iniciativa do
25 vereador Roselei Françoso, ao Senhor Prefeito Municipal, para que, digne-se autorizar,
26 nos termos da lei, a realização de obras e serviços de infraestrutura, pavimentação e
27 iluminação no entorno da escola estadual de ensino fundamental do bairro do Jardim
28 Zavaglia, para permitir e facilitar o acesso e transporte de alunos, pais e funcionários
29 da Unidade Escolar; 3) convite para o Seminário Pesquisas sobre Práticas de Ensino,
30 que contará com a presença da Profª Drª Marguerite Altet, professora em Ciências da
31 Educação na Universidade de Nantes, França. A Fundação Carlos Chagas é
32 responsável pela organização do evento, que acontecerá no dia 15 de abril, no
33 Auditório da Fundação. A Consª Sylvia Figueiredo Gouvêa manifestou interesse em
34 participar; 4) o Governo do Estado de São Paulo, a Secretaria de Governo do Estado
35 convidam para o Seminário de abertura da exposição “Júlio Prestes o Último
36 Presidente da República Velha, que acontecerá no dia 05 de abril de 2016, das 9h30
37 às 17h, no Auditório do Arquivo Público do Estado de São Paulo. O Cons. Nilton José
38 Hirota da Silva manifestou interesse em participar do evento. **04. PALAVRA ABERTA**
39 **AOS CONSELHEIROS:** o **Cons. Francisco Antonio Poli** questionou sobre a
40 possibilidade de agendar uma apresentação, no Plenário, sobre a questão do salário
41 do professor, baseada em documentos que fazem uma ponderação a respeito do
42 assunto, por considerar um tema atual e relevante. A **Consª Débora Gonzalez Costa**
43 **Blanco** ratificou a fala do Cons. Poli pois a situação está gravíssima e precisa,
44 realmente, dessa conversa, ainda mais agora com a questão do bônus. Quanto ao
45 ofício do vereador da Câmara Municipal de São Carlos, registrou que sempre que a
46 FDE constrói uma escola, ela já protocola na Prefeitura o pedido da pavimentação e
47 manutenção de toda infraestrutura. No caso o que ocorreu foi inoperância da
48 municipalidade. A **Presidência**, dentro da política de se trazer ao Plenário assuntos
49 considerados relevantes, colocou à disposição do Conselheiro Poli um espaço, logo
50 após a apresentação da Consª Ghisleine Trigo Silveira, que irá concluir sua
51 apresentação sobre resultados do Saesp, para que o Cons. Poli faça sua ponderação.
52 O **Cons. Nilton José Hirota da Silva** comunicou que presidiu, no dia 29/03, a sessão
53 de eleição do Coordenador do Fórum Estadual de Educação. Informou que eram cinco

1 candidatos e o Coordenador eleito foi o Professor Reginaldo Soeiro. Participaram da
2 votação, 56 entidades e 14 não compareceram. A disputa foi acirrada e isso mostra
3 que o Fórum está muito determinado em cumprir o seu papel. A **Presidência** comentou
4 que seria interessante que o Cons. Nilton, assim como fazia o Cons. João Cardoso
5 Palma Filho, trouxesse para o Pleno todas as novidades do Fórum para ciência e
6 atualização de informações. O **Cons. João Cardoso Palma Filho** sobre o *affair* bônus
7 x 2,5% de reajuste, disse que gostaria de deixar clara sua posição: desde que era
8 Secretário adjunto, nas visitas que fazia à rede, sempre colocou sua posição de que
9 era favorável a salário, porque bônus não é incorporado, e quando se aposenta tem um
10 grande prejuízo. Discorda de quem acha que o problema de educação, hoje, não seja,
11 entre outros o salário. Comentou que o que lhe causou estranheza é que, três dias
12 antes do pagamento do bônus, que deve ser pago até o dia 31 de março, e, justamente
13 no ano em que as escolas atingiram suas metas e melhoraram seus desempenhos,
14 vem a proposta da troca do bônus pelo reajuste. Todas as entidades se posicionaram
15 contra, inclusive a APEOESP que sempre foi a favor do fim do bônus. A pesquisa feita
16 via Intranet, para saber qual a preferência dos funcionários, sobre a questão também
17 lhe causou muita estranheza, pois é obvio, que a resposta, neste caso, seja a favor do
18 bônus. Disse que a política de bônus deve ser repensada futuramente, até porque se
19 não houver mais bônus, haverá uma economia com o Saesp, porque o Saesp é feito
20 todo ano por conta do bônus. Tudo isso gera na rede uma grande insatisfação e um
21 desgaste ao governo, desnecessário. Louva a proposta do Cons. Francisco Poli e
22 acha que é hora do Conselho se manifestar sobre este e outros assuntos relevantes e
23 cumprir a Lei 10.403, que é a lei do Conselho que diz que o mesmo tem que se
24 posicionar sobre a política educacional no Estado de São Paulo. O **Senhor Presidente**
25 disse que irá convidar ao Senhor Secretário de Estado da Educação de São Paulo para
26 vir ao Plenário participar de uma reunião de trabalho. Solicitou que a Cons^a Maria
27 Cristina Barbosa Storópoli e o Cons. Francisco Poli relacionassem com as respectivas
28 Câmaras alguns temas relevantes, a serem pautados para a citada reunião. **05.**
29 **MATÉRIA DELEGADA: 5.1)** Indicação de Especialistas da CES para os Procs.
30 023/2016; 028/2016; 042/2016; 047/2016; 292/2015; 614/2009. **5.2)** Pareceres
31 aprovados em 23/03/16, nos termos da Deliberação CEE nº 30/03. **Proc. DER**
32 **Capivari 019/0044/16** _ Pedro Henrique Jacinto Fragoso. **Parecer 106/16** _ da Câmara
33 de Educação Básica, relatado pela Cons.^a Ghisleine Trigo Silveira. Deliberação: **2.1**
34 Indefere-se o Recurso Especial, mantendo-se a retenção do aluno Pedro Henrique
35 Jacinto Fragoso, no 8º ano do Ensino Fundamental, em 2015, no Colégio Renovação,
36 jurisdicionado à DER Capivari. **2.2** Informe-se, aos responsáveis pelo aluno, que a Lei
37 de Diretrizes e Bases Nº 9.394/96, no parágrafo 1º do artigo 23 prevê que qualquer
38 escola “poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências
39 entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas
40 curriculares gerais”. **2.3** Envie-se cópia deste Parecer ao responsável pelo aluno, ao
41 Colégio Renovação, à DER Capivari, à Coordenadoria de Gestão da Educação Básica
42 – CGEB e à Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional –
43 CIMA. **Proc. DER/SBC 189/0027/2016** _ Lucas Utchuk Caldeira de Oliveira. **Parecer**
44 **107/16** _ da Câmara de Educação Básica, relatado pelo Cons.^o Francisco Antônio Poli.
45 Deliberação: **2.1** Indefere-se o Recurso Especial, mantendo-se a retenção do aluno
46 Lucas Utchuk Caldeira de Oliveira no 6º Ano do Ensino Fundamental, em 2015, no
47 Colégio Ábaco, jurisdicionado à DER São Bernardo do Campo. **2.2** Informe-se, aos
48 responsáveis pelo aluno, que a LDB (Lei nº 9.394/96), no parágrafo 1º do artigo 23
49 prevê que qualquer escola “poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de
50 transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base
51 as normas curriculares gerais”. **2.3** Envie-se cópia deste Parecer ao Responsável pelo
52 aluno, ao Colégio Ábaco, à DER São Bernardo do Campo, à Coordenadoria de Gestão
53 da Educação Básica – CGEB e à Coordenadoria de Informação, Monitoramento e

1 Avaliação Educacional – CIMA. **Proc. DER/SAN 160/1075/2016** (Apenso ao Protocolo
2 SEE Nº 203/0001/16) _ Felipe Alvarez Toro. **Parecer 108/16** _ da Câmara de
3 Educação Básica, relatado pelo Cons.º Francisco Antônio Poli. Deliberação: **2.1**
4 Indefere-se o Recurso Especial, mantendo-se a retenção do aluno Felipe Alvarez Toro,
5 no 7º ano do Ensino Fundamental, em 2015, na Associação Instrutora da Juventude
6 Feminina Colégio Stella Maris, jurisdicionado à DER Santos. **2.2** Informe-se, aos
7 responsáveis pelo aluno, que a LDB (Lei nº 9.394/96), no parágrafo 1º do artigo 23
8 prevê que qualquer escola “poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de
9 transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base
10 as normas curriculares gerais”. **2.3** Envie-se cópia deste Parecer ao responsável pelo
11 aluno, à Associação Instrutora da Juventude Feminina Colégio Stella Maris, à DER
12 Santos, à Coordenadoria de Gestão da Educação Básica – CGEB e à Coordenadoria
13 de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional – CIMA. **Proc. DER Centro**
14 **Sul 133/0004/16** _ Isadora Santoleri Franque (aluna). **Parecer 109/16** _ da Câmara de
15 Educação Básica, relatado pelo Cons.º Francisco Antônio Poli. Deliberação: **2.1**
16 Indefere-se o Recurso Especial, mantendo-se a retenção da aluna Isadora Santoleri
17 Franque, na 1ª série do Ensino Médio, em 2015, no Colégio São Francisco Xavier,
18 jurisdicionado à DER Centro Sul. **2.2** Informe-se, aos responsáveis pela aluna, que a
19 Lei de Diretrizes e Bases Nº 9.394/96, no parágrafo 1º do artigo 23 prevê que qualquer
20 escola “poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências
21 entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas
22 curriculares gerais”. **2.3** Envie-se cópia deste Parecer à responsável pela aluna, ao
23 Colégio São Francisco Xavier, à DER Centro Sul, à Coordenadoria de Gestão da
24 Educação Básica – CGEB e à Coordenadoria de Informação, Monitoramento e
25 Avaliação Educacional – CIMA. **Proc. DER Centro Sul 134/0004/16** _ Leonardo
26 Santoleri Franque (aluno). **Parecer 110/16** _ da Câmara de Educação Básica, relatado
27 pelo Cons.º Francisco Antônio Poli. Deliberação: **2.1** Indefere-se o Recurso Especial,
28 mantendo-se a retenção do aluno Leonardo Santoleri Franque, na 2ª série do Ensino
29 Médio, em 2015, no Colégio São Francisco Xavier, jurisdicionado à DER Centro Sul.
30 **2.2** Informe-se, aos responsáveis pelo aluno, que a Lei de Diretrizes e Bases Nº
31 9.394/96, no parágrafo 1º do artigo 23 prevê que qualquer escola “poderá reclassificar
32 os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados
33 no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais”. **2.3** Envie-se
34 cópia deste Parecer à responsável pelo aluno, ao Colégio São Francisco Xavier, à DER
35 Centro Sul, à Coordenadoria de Gestão da Educação Básica – CGEB e à
36 Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional – CIMA. **Proc.**
37 **DER TAUBATÉ 162/0087/2016** _ Thiago do Carmo Salviato. **Parecer 111/16** _ da
38 Câmara de Educação Básica, relatado pelo Cons.º Francisco Antônio Poli.
39 Deliberação: **2.1** Indefere-se o Recurso Especial, mantendo-se a retenção do aluno
40 Thiago do Carmo Salviato, na 1ª série do Ensino Médio, cursado em 2015, no Colégio
41 Objetivo, jurisdicionado à DER Taubaté. **2.2** Informe-se, aos responsáveis pelo aluno,
42 que a LDB (Lei nº 9.394/96), no parágrafo 1º do artigo 23 prevê que qualquer escola
43 “poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre
44 estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas
45 curriculares gerais”. **2.3** Envie-se cópia deste Parecer ao responsável pelo aluno, ao
46 Colégio Objetivo, à DER Taubaté, à Coordenadoria de Gestão da Educação Básica –
47 CGEB e à Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional –
48 CIMA. **Prot. SEE/NUPROE 0305/0001/2016** (apenso ao Prot. DER Centro Sul Nº
49 2101/0004/2015 _ Yudji Christofolletti Sasaki Iuwakiri. **Parecer 112/16** _ da Câmara de
50 Educação Básica, relatado pelo Cons.º Francisco Antônio Poli. Deliberação: **2.1**
51 Indefere-se o Recurso Especial, mantendo-se a retenção do aluno Yudji Christofolletti
52 Sasaki Iuwakiri, na 1ª série do Ensino Médio, em 2015, no Colégio Benjamin
53 Constant, jurisdicionado à DER Centro Sul. **2.2** Informe-se, aos responsáveis pelo

1 aluno, que a LDB (Lei nº 9.394/96), no parágrafo 1º do artigo 23 prevê que qualquer
 2 escola “*poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências*
 3 *entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas*
 4 *curriculares gerais*”. **2.3** Envie-se cópia deste Parecer à responsável pelo aluno, ao
 5 Colégio Benjamin Constant, à DER Centro Sul, à Coordenadoria de Gestão da
 6 Educação Básica – CGEB e à Coordenadoria de Informação, Monitoramento e
 7 Avaliação Educacional – CIMA. **Proc. CEE 545/2001** _ Reautuado em 08/10/14 _
 8 UNESP / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação do *Campus* de Bauru.
 9 **Parecer 113/16** _ da Câmara de Educação Superior, relatado pela Cons^a Rose
 10 Neubauer. Deliberação: **2.1** Aprova-se, com fundamento nas Deliberações CEE nºs
 11 99/2010 e 111/2012, alterada pelas Deliberações CEE 126/14 e 132/15, o pedido de
 12 Renovação do Reconhecimento do Curso de Artes Visuais (Licenciatura), com
 13 extensão da Renovação do Reconhecimento aos matriculados em Educação Artística-
 14 Habilitação em Artes Plásticas (antiga denominação), oferecido pela Faculdade de
 15 Arquitetura, Artes e Comunicação do *Campus* de Bauru, da Universidade Estadual
 16 Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, pelo prazo de cinco anos. **2.2** Convalidam-se os atos
 17 escolares praticados no período em que o Curso permaneceu sem reconhecimento. **2.3**
 18 A presente renovação do reconhecimento tornar-se-á efetiva por ato próprio deste
 19 Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação.
 20 **06) PAUTA:** não houve processos para discussão, posto que as Câmaras de
 21 Educação Básica e Superior estão revendo algumas deliberações. Nada mais havendo
 22 a tratar, às dez horas e cinco minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a
 23 Sessão. Eu, Aurea Maia Egéa, lavrei, datei e assinei a presente Ata que, após lida e
 24 achada conforme, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 30 de março de 2016
 25 Francisco José Carbonari.....
 26 Bernardete Angelina Gatti.....
 27 Débora Gonzalez Costa Blanco.....
 28 Francisco Antonio Poli.....
 29 Jacintho Del Vecchio Júnior.....
 30 Jair Ribeiro da Silva Neto.....
 31 João Cardoso Palma Filho.....
 32 Laura Laganá.....
 33 Márcio Cardim.....
 34 Maria Cristina Barbosa Storópoli.....
 35 Maria Elisa Ehrhardt Carbonari.....
 36 Nilton José Hirota da Silva.....
 37 Roque Theóphilo Júnior.....
 38 Rosângela Aparecida Ferini Vargas Chede.....
 39 Sylvia Figueiredo Gouvêa.....